

8. “Coração de vaqueiro”: aspectos da vida e missão do presbítero no sertão cearense.

Deus, ao manifestar o seu imenso amor à humanidade, faz nascer no coração da pessoa humana o desejo de seguir seus passos e tornar-se, por sua graça, dispensadora da sua misericórdia infinita. Dentro do seu projeto salvífico, Deus quer precisar de colaboradores, “servos e administradores” que lhe sejam fiéis.¹ A vida da graça requer estruturas que se conformem à natureza dessa mesma graça. Ela busca canais que transmitam, de modo mais direto e eficaz, sua força salvadora.

Partindo da renovação eclesial iniciada pelo Vaticano II, este capítulo tomará em consideração sobre tudo o presbítero inserido no contexto da Igreja do Ceará. De fato, o presbítero foi e continua sendo o instrumento de toda a experiência eclesial que busca ser uma mediação particularmente diáfana e eficaz da força do Evangelho no território cearense, tendo como principal característica o de ser fermento de libertação social.

Não estão aí a fonte primeira nem o fim primário da Igreja de Cristo. Sabe-se que essa fonte e esse fim são de natureza soteriológica, como requer o plano de Deus e como o deseja o coração da pessoa humana; contudo, da missão soteriológica da Igreja decorre a lógica e, inelutavelmente, sua missão social. Disso está irreversivelmente convencida a Igreja de hoje. Por isso mesmo, foi no empenho por mudar as miseráveis “condições de vida” do povo que se envolveram, de corpo e alma, os presbíteros e agentes de pastorais cearenses. Tal empenho foi tão radical que poderia ser qualificado de “heróico”. Mas trata-se aqui do “heroísmo da graça”: ele atuou em sinergia com a firme determinação dos bispos daquela Igreja e com a valentia de seus presbíteros.

O objetivo do seu ensinamento é o anúncio do Reino de Deus.² Na palavra de Deus anunciada com força,³ encontra-se o cumprimento da palavra e da missão

¹ 1Cor 4,2.

² Lc 9, 11.

³ Lc 4, 32.

dos profetas da antiga aliança;⁴ diante de Pilatos Cristo revela o aspecto régio do seu poder;⁵ enfim, como Bom Pastor, oferece “a própria vida pelas suas ovelhas”.⁶

Motivado pelo “ide” de Cristo, o presbítero cearense percebe claramente que a permanência do mistério trinitário na Igreja encontra o seu pleno apogeu no mandamento missionário, no qual Cristo Ressuscitado transmite aos apóstolos a plenitude da autoridade divina e oferece a participação ao poder do Espírito Santo sobre o pecado e a morte, dizendo a eles: “Ide e façam todos discípulos meus” (função de ensino), “batizando-os no nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (função de santificação), “ensinando-os a observar tudo isso que vos mando” (função de guia e direção rumo à salvação).⁷

Dentro dessa perspectiva, o sacrifício espontâneo de Cristo é considerado como o sacrifício do sacerdote, o qual derrama o próprio sangue,⁸ como sacrifício expiatório pelos pecados.⁹ A carta aos Hebreus faz do sacerdócio de Cristo o seu tema principal.¹⁰

Ao longo de todo este capítulo se sublinhará os aspectos doutrinários da obra salvífica de Jesus Cristo que se atualiza na Igreja, no mistério da encarnação mediante Cristo-Sacerdote, Profeta e Rei, pois as *tria munera Christi* constituem também o mais profundo fundamento teológico para mostrar a permanência, a continuidade e a identidade do ministério de Cristo e dos presbíteros, mais especificamente, os presbíteros da Igreja de Deus que está no Ceará.

O Evangelho, outros escritos do Novo Testamento e a tradição da Igreja apresentam Cristo como o Mestre, Profeta, Rei e Sacerdote. O sacerdócio é, na sua essência, o prolongamento e a atualização do sacerdócio do próprio Cristo. Logo, não se pode compreender a sua natureza e a sua essência senão em relação a Cristo. Seria ilusório pensar que a Igreja nasça primordialmente da iniciativa humana, ou que dependa de sua ação. Na verdade, Cristo é o único e permanente pastor da Igreja. É Ele que continua a anunciar a Palavra de vida e a comunicar a vida eterna. Seu Espírito é o único princípio capaz de vivificar a palavra, as celebrações e a missão da Igreja.

⁴ Cf. Lc 4,15; Ef 1,7; 2, 3.

⁵ Mt 27, 11; 18, 29.

⁶ Jo 10,11.

⁷ Mt 28, 19-20.

⁸ Mt 14, 24; Rm 3, 5; Ef 1, 7; 2, 3.

⁹ 1 Jo 2, 2; Gl 1, 4; Ef 5, 20-25 e outros.

¹⁰ Cf. Hb 10, 5-10.

É fácil observar que a tríplice função transmitida aos apóstolos não pode ser entendida, por analogia, com a transmissão do poder civil, porque *munus* significa “dom não por mérito”, “poder”, “habilidade de cumprir definitivamente deveres”, “serviço” com significado próximo ao *ministerium*, isto é, ministério que é a obra de Deus e do poder indiviso do Espírito Santo presente na Igreja.

Tome-se em mãos o contexto na Igreja do Ceará já descrito no capítulo anterior: a situação de pobreza e miséria que continua marcando a vida do povo cearense. Muitas vezes sobressai o desafio do sertão relativo à convivência com o semiárido e toda problemática que lhe é peculiar, exigindo maior atenção a gestão dos recursos hídricos, a construção de cisternas, a geração de empregos e a reforma agrária. Mas o Ceará não é só sertão! Tem também o litoral com a questão sócio-ambiental vivida pelas comunidades pesqueiras, que sofrem as consequências da pesca predatória e da carcinicultura. E não insignificante é, ainda, a ampla problemática dos centros urbanos, especialmente os maiores, que se agrava nas periferias e áreas de risco.

Os presbíteros do Ceará, a partir de tais circunstâncias – não isentas de conflito e de fecundidade – sentem-se impulsionados a uma reflexão e a uma reorientação mais aprofundadas e mais conscientes de o que seja ser presbítero numa Igreja toda ministerial. Ao presbítero de fato cabe o serviço da unidade, o ministério da síntese da vida da comunidade, que não significa concentração em suas mãos dos ministérios e dos serviços (Cf. CNBB-CRC, 1985).

Isso implica um exercício presbiteral encarnado na realidade concreta local e vivenciando os novos desafios permanentes da missão. É aceitando, vivendo, carregando o ônus e a alegria dessa Igreja concreta que o presbítero deve assumir o dado irredutível de sua vida e de sua pessoa, com todas as suas aberturas e limitações.

Esse é o caminho que leva à unidade e à integração da Igreja com a sua missão evangelizadora, com sua composição e suas funções internas, com sua resposta às interpelações que lhe vêm do povo de Deus e da sociedade, a quem o presbítero deve servir na perspectiva dos valores do Reino (Cf. CNBB-NE1, 2004).

8.1.

A vivência das três funções do sacerdócio ministerial no sertão

Em meio a tantos problemas, por meio da mediação dos apóstolos o tríplice dom permanece e se realiza no serviço dos bispos e presbíteros, que surgem como profetas que lutam, junto com o povo, pelo resgate da cidadania, pela solidariedade e justiça social, pela ética na política, pela atenção aos excluídos, expressando compromisso com a sociedade civil na transformação social.

Merecem destaque alguns passos considerados positivos, como a solidariedade com o povo oprimido, a valorização do laicato, a diversificação dos ministérios, o refazer da espiritualidade e a própria promoção humana da Igreja. Ainda que se reclame, em alguns momentos, da falta de profetismo no ministério presbiteral e episcopal (ibid.), é inegável a dedicação ao Reino e o amor à Igreja que se testemunha no solo cearense. Basta pensar nas visitas pastorais que os bispos, com alegria e desprendimento, realizam nas comunidades eclesiais, percebendo *in loco* as difíceis condições de vida do povo, partilhando com esse mesmo povo as dificuldades cotidianas e agindo, assim, como animadores da fé e da esperança, estimulando esse povo a uma organização maior para a superação da miséria e da fome. Também os presbíteros diariamente percorrem quilômetros, para levar a Palavra, celebrar a Eucaristia e/ou administrar sacramentos, em meio as mais adversas condições. Em todos esses momentos, percebe-se a esperança de vida nova que nasce em Cristo; a Palavra viva de Deus que fortalece, anima e faz homens e mulheres se sentirem mais fortes e conscientes do seu ser cristão.

Isso não pretende negar a justa preocupação que os presbíteros cearenses manifestam com clericalismo, autoritarismo e legalismo identificados na caminhada, mas deve servir de reforço para a superação da dimensão jurídica e individualista (visão tridentina do poder de Ordem) em favor da visão comunitária (sacramento de comunhão) do ministério presbiteral. Ou seja, retomar a dimensão comunitária do presbitério e buscar alternativas para a superação de eventuais lacunas (Cf. CNBB-CRC, 2004).

Por isso, sabiamente, diante dos desafios da vida pastoral e do próprio presbítero, o Concílio Vaticano II adverte em relação às condições e às exigências, às modalidades e os frutos da relação formativa entre a vida espiritual

do presbítero e o exercício do seu tríplice ministério: da Palavra, do Sacramento e do serviço da caridade.¹¹

O ministério presbiteral de presidência da comunidade eclesial, na sua unicidade de representar sacramentalmente Cristo, Cabeça e Pastor, explicita-se em três formas complementares, expressas com termos diferentes: ministério da Palavra, ministério do sacramento ou da santificação e ministério da caridade ou da condução e guia da comunhão eclesial.

8.1.1.

Função de ensinar: o profeta que anuncia a esperança

Partir do magistério e da tradição é o caminho para confirmar a vivência do profetismo no território cearense.

A Constituição dogmática sobre a Igreja *Lumen gentium* expõe o fundamento teológico e sacramental da missão de ensinar, seja dos bispos seja dos presbíteros, afirmando que a consagração episcopal confere com o ofício de santificar também os ofícios de ensinar e governar e que os presbíteros são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, quais verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 21-28).

O fato de os padres conciliares terem colocado em primeiro lugar o anúncio da Palavra de Deus indica que esta é a prioridade. Somente depois elencam a função de santificar e a função de governar. Isso significa que os presbíteros têm, antes de tudo, o dever de anunciar o Evangelho de Deus a todos (id., ibid., n. 25-26).

O Concílio Vaticano II (2001, n. 5, 6, 13) deu um lugar de preferência ao tema do anúncio e da evangelização. Esse é dever essencial da Igreja; por ele são também responsáveis todos os fiéis leigos e leigas (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 35; Costa, 1997b, n. 6); pode ser feito, sobretudo, com o testemunho de vida, mas também com o anúncio explícito da Palavra (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 35). Não se pode dedicar ao anúncio e a evangelização sem uma acurada preparação

¹¹ Um aprofundamento sistemático amplo e profundo sobre o problema recomenda-se a leitura de FAVALE, A. *Il ministero presbiterale: aspetti dottrinali, pastorali, spirituali*. Roma: LAS, 1989, pp. 139-208.

(Costa, 1997a, n. 4 e 1997b, n. 31), e os presbíteros, por sua vez, devem suscitar nos fiéis o interesse pela evangelização (Costa, 1997b, n. 39).

A caminhada do clero cearense é extremamente marcada pelo anúncio à sociedade da esperança, que é Cristo, a partir dos desafios de cada época uma vez que é esta a principal missão do presbítero. Isso reenvia a afirmativa de Paulo VI, na exortação apostólica *Evangelii nuntiandi*, que os objetivos do Vaticano II se resumem em definitivo num só: tornar a Igreja do século XX sempre mais idônea para anunciar o Evangelho à humanidade do século XX (1976, n. 2). No mesmo documento, mais à frente, explicita que a mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa, mas é o dever que lhe coube por mandado de Jesus Cristo (ibid., n. 15), a fim de que toda a humanidade possa crer e ser salva. Em particular, o pontífice se dirige a todos aqueles que a título especial mediante a ordenação agem na pessoa de Cristo, enquanto educadores do povo de Deus na fé, pregadores, fazendo-se ao mesmo tempo ministros da Eucaristia e dos outros sacramentos (ibid., n. 68).

Nessa linha, Paulo VI exorta bispos e presbíteros

a tomarem consciência deste dever. Isto que constitui a singularidade do nosso serviço sacerdotal, isto que dá uma unidade profunda às mil ocupações que nos solicitam durante todo o curso da nossa vida, isto que constitui à nossa atividade uma nota específica, é esta finalidade presente em toda nossa ação: anunciar o Evangelho de Deus (Paulo VI, 1976, n. 68).

Mediante o anúncio do Evangelho, os presbíteros constituem e incrementam o povo de Deus. Trata-se de dois atos essenciais objetivando a evangelização. Em virtude da palavra da salvação, a fé se acende no coração daqueles que não acreditam, e com a fé tem início e cresce a comunidade dos crentes, segundo o que escreveu o apóstolo: “Pois a fé vem da pregação e a pregação é pela palavra de Cristo”.¹²

Parece, portanto, clara a relação entre anúncio e missão, entre anúncio e conteúdo, entre anúncio e fé. O conteúdo do anúncio é a fé, que exige a adesão da pessoa humana, a aceitação, portanto, livre e responsável da mensagem do anúncio por parte do ser humano. Evangelizar – recorda Paulo VI – é a graça e a vocação própria da Igreja e a sua identidade mais profunda. A Igreja existe para

¹² Rm 10,17.

evangelizar, quer dizer para anunciar e ensinar, ser o canal do dom da graça, reconciliar os pecadores, perpetuar o sacrifício de Cristo na santa missa, que é o memorial da sua morte e da sua gloriosa ressurreição (Paulo VI, 1976, n. 14). Por isso, deve ser com insistência reiterado o necessário primado da evangelização, para que suscite uma salutar inquietação diante das condições mutantes, bem como diante das carências evidentes de certos métodos do passado.

A exortação apostólica *Evangelii nuntiandi* recorda que o conteúdo essencial do anúncio são Cristo e o seu mistério, revelação suprema do amor do Pai pela humanidade (ibid., n. 25).

O acolhimento de tal mistério é indispensável para a salvação da pessoa humana: em Cristo Jesus, a salvação é oferecida a cada ser humano, como dom de graça e misericórdia do próprio Deus (ibid., n. 27). O anúncio é anúncio de salvação, mas também de libertação, não da simples e restrita dimensão econômica, política, social e cultural, mas libertação que deve olhar o ser humano inteiro, em todas as suas dimensões, inclusive a sua abertura ao absoluto, também ao absoluto de Deus (Paulo VI, 1976, n. 33; Congregação para a doutrina da fé, 1984 e 1987).

O anúncio leva exatamente a conservar e a desenvolver aquela vida nova, que brota no batismo, para aprofundá-la sob o plano intelectual e cada vez mais desejar conduzir essa vida de modo a unir-se sempre mais a Deus mediante Cristo, seja conhecendo o plano da salvação, seja vivendo-o mediante o exercício das virtudes teologais.

Partindo da fundamentação doutrinal e desse novo estado que brota do anúncio e da fé, o presbítero cearense compreende ser necessário atualizar a palavra na sociedade hodierna, marcada pela cultura de morte, pelo relativismo ético-moral, pelo materialismo pragmático pelo hedonismo. O desafio de todos os batizados, mais especificamente dos presbíteros, é fazer com que ecoe no coração da humanidade o amor de Deus; é fazer com que esse amor ecoe num mundo onde a fé cristã com suas incidências na vida, não é levada em consideração, e nem tampouco os apelos de Jesus Cristo, nosso salvador.

Em meio a esta turbulência relativista e a essa realidade truculenta contra a vida humana e ecológica, surgem no meio dos sertões, como providência divina, verdadeiros homens de Deus, que trazem em si o caráter indelével do sacramento da Ordem: os presbíteros do Ceará.

Os presbíteros, ao se defrontarem com a realidade de morte, são verdadeiros profetas para os tempos em que atuam. Percorrendo a história, pode-se identificar muitos presbíteros que se encarnaram na vida, na história de um povo encurralado pelas mais diversas adversidades, tais quais: o desemprego, a miséria, a fome, a violência, as injustiças sociais, a seca ou as enchentes, com suas consequências nefastas. São profetas que não medem palavras quando se faz necessário denunciar, demarcar os absurdos da vida, sem medo de desagradar a quem quer que seja. Recordem-se figuras como padre Cícero Romão Batista ou Dom Helder Câmara, dentre tantos outros que cotidianamente, com seu testemunho, animam e fortalecem os que estão oprimidos e injustiçados a buscar, em Cristo Senhor, a força para se libertar.

Fragilizado, o povo sofredor da cidade e do sertão, confiando na força de Deus, espera e se escuda no rigor da Lei, não obstante a cooptação de corruptos cheios de dinheiro, tentando aliciar as fileiras de escol das mais sagradas instituições que zelam pela ordem. Porém, percebe-se que já são passados os limites da vulnerabilidade.

Os presbíteros são, indubitavelmente, uma voz firme, corajosa, destemida, valente em defesa dos oprimidos, excluídos, marginalizados. São profetas cuja fé é libertadora, atuante, contextualizada, historicizada, envolvente. Sua mensagem de pastor-profeta desmascara, incomoda, chama a atenção, vai ao âmago da realidade.

O presbítero-profeta, quando fala, fala com autoridade, franqueza, objetividade, sem vacilar, vai direto ao assunto, com muita contundência e amplo conhecimento de causa. Sua fala impressiona, abala e toca nos corações não só dos cristãos, mas de todas as pessoas de quaisquer credos religiosos. Um verdadeiro arauto, um profeta da Igreja neste mundo hodierno, pois em nome do Evangelho e da santa Igreja, toma posições em defesa da cultura da vida, combate a onda de violência, critica os políticos corruptos, clama em defesa das vítimas da seca ou das enchentes e impulsiona outros irmãos no presbitério a assumir uma postura profética.

Este anúncio profético é ao mesmo tempo um amplo apelo fraternal a que se libertem de sua escravidão, não menos real e perigosa, aqueles que conscientes ou inconscientemente são dominadores e opressores dos seus irmãos. Fazemo-lo levados por sincero desejo de ajudar a libertação destes nossos irmãos, que detêm

em suas mãos bens que, segundo o plano de Deus, nosso Pai, devem estar postos a serviço de todos os homens (CNBB-NE1, 1968).

Em poucas palavras, a condição de verdadeiros pastores-profetas, faz com que os presbíteros tomem posição corajosa, arriscada e mesmo assim, não temam reações contrárias; mas assumam o Evangelho de Jesus Cristo de forma incondicional, radical, tenham postura de evangelizar na luta contra uma cultura de morte.

8.1.2.

Função da santificação: aquele que reza com o povo

Em virtude do anúncio da Palavra de Deus, o povo se organiza. Em virtude da palavra salvadora, a fé se acende no coração dos não-crentes e se nutre no coração dos crentes, e com a fé tem início e cresce a comunidade dos crentes. Com a Palavra de Deus, os presbíteros “convidam todos insistentemente à conversão e à santidade (Costa, 1997c, n. 4).

Ainda que a conversão seja o fim específico do anúncio missionário, a santidade se encontra também em outras atividades presbiterais, as duas palavras se completam e se integram reciprocamente. A conversão não é uma realidade estática, alcançada uma vez por todas: ela inclui um dinamismo que a leva a crescer e desenvolver-se.

O decreto *Ad gentes* (Concílio Vaticano II, 2001, n. 13) a descreve como um início para que o ser humano, livre do pecado, seja introduzido no mistério do amor de Deus, que o chama a unir-se a Cristo em uma relação pessoal com Ele. Sob a ação da graça, o neoconvertido inicia um itinerário espiritual, no qual já se encontra, pela fé, em contato com o mistério da morte e ressurreição e passa do homem velho para o homem novo numa progressiva mudança de mentalidade e de costume. O término positivo da conversão não é a distância do pecado, mas a santidade de vida, a vida perfeita e a humanidade nova.¹³

O presbítero é, com o seu bispo e presbitério, o ecônomo da graça de Deus. Essa graça passa normalmente através dos sacramentos, confiados às mãos presbiterais. O Concílio Vaticano II expõe os deveres presbiterais, iniciando com o da evangelização, para passar, sucessivamente, ao da santificação e do governo.

¹³ Cf. Lc 5, 31; Mt 5, 1.48; 1Ts 4, 3.

Todavia, seja no próprio Concílio ou no magistério sucessivo, vêm sempre sublinhadas a centralidade e a importância dos sacramentos, em particular da Eucaristia, no ministério do presbítero.

Paulo VI, dirigindo-se ao clero romano, imediatamente após o Concílio Vaticano II, afirmava: “O sacerdote é ordenado antes de tudo para a celebração do sacrifício eucarístico [...] O ministério da palavra e o da caridade pastoral devem conduzi-lo rumo ao da oração e da ação sacramental de onde deve haurir inspiração e sustento” (1975, pp. 227-8). O que mais tarde, João Paulo II, na carta *Dominicae cenae* repetia:

O sacerdócio ministerial ou hierárquico, o sacerdócio dos bispos ou dos presbíteros e, ao lado deles, o ministério dos diáconos, estão em estreitíssima relação com a Eucaristia. Esta é a principal razão de ser do sacramento do sacerdócio, nascido efetivamente no momento da instituição da Eucaristia, juntamente com ela (1980, pp. 115-6).

A santidade do ser humano é, antes de qualquer coisa, dom de Deus que chama o homem a viver a sua vida em Cristo. A grandeza e o mistério da ação salvadora de Deus devem ser tomados, continuamente, em consideração, a fim de que a pessoa humana se lembre de que o verdadeiro sucesso da ação salvífica deve ser atribuído a Deus e não às próprias forças. Porém Deus quer santificar a humanidade por meio da colaboração e da ação de outros seres humanos que desejam se assumir como sócios e colaboradores para servir humildemente à obra da santificação. A pessoa humana é a humilde servidora da ação de Deus.

Por isso, os presbíteros são consagrados por Deus através da imposição das mãos do bispo, de maneira que, tornando-se partícipes de modo especial do sacerdócio de Cristo, nas sagradas celebrações ajam como ministros daquele que ininterruptamente exercita a sua função sacerdotal em favor da humanidade na liturgia por meio do seu Espírito.

Em poucas linhas, o texto conciliar resume a ação sacramental do presbítero e o efeito precípuo dos singulares sacramentos:

com o batismo estes introduzem os homens no povo de Deus; com o sacramento da penitência reconciliam os pecadores com Deus e com a Igreja; com o óleo dos enfermos aliviam os sofrimentos dos doentes; e, sobretudo, com a celebração da missa oferecem sacramentalmente o sacrifício de Cristo.¹⁴

¹⁴ Para uma doutrina mais completa em mérito, cf. Concílio Vaticano II, 2007a, n. 11, 28.

Estas palavras introduzem o tema da centralidade da Eucaristia na obra da santificação: “Todos os sacramentos, como também todos os ministérios eclesiais e as obras de apostolado, são estreitamente unidas à Sagrada Eucaristia e para esta são ordenados” (Costa, 1997c, n. 5). O texto relembra a importante afirmação de Santo Tomás que, na *Suma Teológica*, escreve: “a Eucaristia é quase o aperfeiçoamento da vida espiritual e a finalidade de todos os sacramentos” (2006). Mas alarga a visão também de todos os ministérios eclesiais e das obras de apostolado. O decreto *Presbyterorum ordinis* especifica: “Na santíssima Eucaristia encontra-se resumido todo o bem espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo, nossa Páscoa e pão vivo que, mediante a sua carne vivificada pelo Espírito Santo e vivificante, dá a vida a todos os homens” (Costa, 1997c, n. 5).

Examinando a relação Eucaristia-caridade, João Paulo II escreve:

O culto eucarístico constitui a alma de toda a vida cristã. Se de fato a vida cristã se exprime no cumprimento de tão grande mandamento, e isto é no amor de Deus e do próximo, este amor encontra a sua fonte exatamente no santíssimo sacramento, que comumente é chamado: sacramento do amor. A Eucaristia significa esta caridade, e por isso a recomenda, a torna presente e junto a realiza (1980, n. 5).

À luz de todas essas premissas teológicas, deduzem-se algumas conclusões pastorais práticas de extrema importância:

- Todos os seres humanos são convidados e induzidos a oferecerem a Cristo o próprio trabalho e todas as coisas criadas. O presbítero toma a humanidade de hoje com toda a sua problemática também humana e fadigosa (o trabalho) e insere na criação desejada por Deus, a leva à comunhão com o Cristo Ressuscitado e a faz perceber a verdade do Senhor Jesus, sempre vivo, “nosso contemporâneo”, presente e operante no meio dos seus;
- A Eucaristia se apresenta como fonte e ápice de toda a evangelização: os próprios catecúmenos “são introduzidos pouco a pouco à participação na Eucaristia; e os fiéis, já assinalados pelo sagrado batismo e confirmados, estão plenamente inseridos no

corpo de Cristo por meio da Eucaristia”. A Eucaristia completa a edificação do corpo de Cristo (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 17).

Essa relação entre a Eucaristia e a vida do presbítero é essencial para o fortalecimento da missão, a obediência ao mandato, a concretização do anúncio, a coragem da denúncia, a ousadia de construir o novo e santificando o povo que fora confiado ao seu zelo pastoral, ao mesmo tempo, que também é necessário para a santificação do presbítero.

O objeto de tal magistério, nas palavras do Concílio, aparece variado e complexo e se pode assim sintetizar: os presbíteros devem ensinar aos fiéis:

- A imolar-se com Cristo na Eucaristia: “Os presbíteros ensinam aos fiéis a oferecerem a vítima divina a Deus Pai no sacrifício da missa, e a fazerem, em união com esta vítima divina, a oferta da própria vida”;
- A nutrir a verdadeira conversão do coração em vista da penitência: “ensinam também a submeterem com o coração contrito os próprios pecados à Igreja no sacramento da penitência, para poderem assim se converter a cada dia ao Senhor”. Penitência e conversão são termos correlatos;
- A participar interiormente das celebrações litúrgicas, que devem favorecer: a oração sincera¹⁵ um espírito de oração sempre mais ativo e perfeito, em relação às graças e às necessidades de cada um; o cumprimento fiel dos deveres do próprio Estado; uma possível sequela de Cristo com a prática dos conselhos evangélicos, no modo que melhor convenha a cada um; a elevação, ao Senhor, de hinos e cânticos espirituais, dando graças a Deus Pai por tudo no nome do Senhor nosso Jesus Cristo; a fazer da própria existência uma vida de oração.

¹⁵ Cf. CONCILIO VATICANO II. *Constituição Sacrosanctum concilium sobre a sagrada liturgia* (04/12/1963). 10ª edição. São Paulo: Paulinas, 2009, n. 14,18.

Tal é o significado da expressão “espírito de oração”¹⁶ dom do Espírito do Senhor que impulsiona o cristão a fazer de toda a sua vida uma oração incessante a Deus, colocando tudo diante dEle e com espírito de fé, e a buscar discernir para que toda a sua ação posterior seja endereçada a Ele e vivida na comunidade com a caridade. O espírito de oração se pode reduzir praticamente a uma intensa vida de fé, esperança e caridade, que nas tem a sua manifestação principal nas celebrações litúrgicas e que em toda a jornada tem, pois, o campo prático de atuação.

O presbítero também deve ensinar a rezar, deve educar para a oração, conduzir quase pela mão os fiéis nos primeiros passos da vida de oração, convidar e quase levá-los à oração e deve educar com o ensinamento. O presbítero, portanto, é apresentado como um experiente mestre, um grande educador e um paciente pedagogo da vida de oração (Costa, 1997c, n. 6).

Convém sublinhar a este ponto que a religiosidade do povo nordestino é um marco na sua vida. O povo cearense não é diferente. Essa religiosidade vem aliada ao gosto pelas brincadeiras, danças e festas, transformando os pagamentos de promessas e as comemorações aos santos padroeiros em motivos especiais para festejos. Várias são as oportunidades, ao longo do ano, em que se criam condições, em nome da fé, para fazer de um período preestabelecido, verdadeira efeméride, passando este até a integrar o calendário turístico religioso estadual, para tantos quantos desejam formular pedidos especiais, agradecer graças alcançadas, ou apenas se divertir.

Um exemplo bem claro dessa afirmação são as festas juninas, que têm por patrono os santos Antônio, João e Pedro, particularmente realizadas nas comunidades eclesiais que os têm como padroeiro. Existem, ainda, as grandes romarias de Canindé (São Francisco) e Juazeiro (padre Cícero) que extrapolam, em fé, em alegria e aglomeração de peregrinos que acorrem às respectivas cidades para rezar, cantar, proclamar sua fé naqueles que apresentaram a face de Cristo o qual se compadece dos pobres e marginalizados.

Outra demonstração da religiosidade do povo cearense é por ocasião da Festa de São José, padroeiro do estado. O sertanejo espera o dia desse santo para compreender os sinais dos tempos e preparar-se para a seca ou um “bom inverno”.

¹⁶ Cf. COSTA, L. (org.). “Decreto *Perfectae caritatis* sobre a adequada renovação da vida religiosa (25/10/1965)”. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. Trad. tipográfica poliglota vaticana. São Paulo: Paulus, 1997, n. 6.

Aguarda com ânsia, fazendo orações, novenas e suplicando ao santo sua intercessão junto a Deus para a garantia do plantio e da colheita. As procissões, realizadas em todas as comunidades, reúnem multidões e se tornam um dos momentos mais propícios para a evangelização.

Criticamos muitas vezes estes costumes e não aproveitamos da disposição fundamental da união com o sacrifício de Cristo. As cerimônias e a própria ação litúrgica, podem evocar o universo fora das preocupações rotineiras. (CNBB-NE1, 1968).

A tendência pluralista no campo religioso, que tem atingido também as pequenas localidades, quer por influência da mídia quer por atividade missionária dos novos grupos religiosos, encontra seu maior obstáculo na religiosidade popular própria do povo cearense, simbolizada especialmente pelos centros de romarias. Em tais ocasiões, o fiel toca a imagem. Carrega consigo o santinho ou a medalha preferida. Fala na sua linguagem, e não na linguagem dos outros. O santo passa a ser concretização da crença de proteção. Nela se incluem todos os santos que seguiram a Cristo e foram reconhecidos pela Igreja. Por vezes, ocupa o lugar de destaque alguém que em vida foi admirado, foi guia, protetor e depois da morte se tornou como um santo. É o caso do padre Cícero do Juazeiro.

Os presbíteros nascidos no Ceará ou que o adotaram como sua terra, diante de tantas manifestações de fé do povo que foram geradas e perpassadas por muito tempo e são criadas como forma de celebrar a vida –, valorizam tais manifestações. É indubitável a força da religiosidade popular, portanto, a preocupação dos presbíteros é sustentar essas manifestações com uma educação para a fé e levá-la às formas litúrgicas de oração, sem a intenção de desprezar as formas criativas da religiosidade popular como complemento, tendo presente o quanto orientado pela Igreja e recordado acima.

8.1.3.

Função de governo: guia e caminha com o povo

A função de governo está conexas com o domínio sobre as coisas criadas. No início da humanidade, o homem e a mulher eram o “rei” e a “rainha”¹⁷ do

¹⁷ O autor utiliza estas expressões por tratar-se de palavras de uso comum nas manifestações da cultura popular do povo cearense: Maracatu, Reisado, Festa Junina, etc.

universo criado. Porém, eram subordinados a Deus. Deus é o Senhor absoluto. A subordinação manifesta-se pela observância do preceito que Deus lhes dera: podiam comer de todas as árvores do paraíso, menos da árvore da ciência do bem e do mal. Transgrediram, no entanto, este preceito, querendo ser como Deus,¹⁸ e então veio o castigo. Não deixaram de ser “rei” e “rainha” da criação, mas, agora, em meio a tribulações.¹⁹ Desde então, vê-se a luta do ser humano com a natureza: é difícil o trabalho, incerto o alimento, pesada a vida de família, forte a concupiscência. Por isso, a função de governo exercer-se-á por meio de uma vida de renúncia, de desapego, que encontra o seu auge na observância dos conselhos evangélicos: domínio sobre os bens materiais pela pobreza; sobre os bens sensíveis, os bens da família, pela castidade; os bens espirituais, a vontade própria, pela obediência. É o caminho real da santa cruz!

Essa função evoluiu do domínio das coisas criadas para a orientação das pessoas em sua caminhada pelas estradas da vida evoluiu para o pastoreio: o bom pastor, que conduz as suas ovelhas para pastagens verdejantes, para águas tranquilas, por caminhos justos.²⁰ Trata-se da caminhada das pessoas por meio de todas as veredas desde mundo para que possam chegar à morada do Pai, à morada de Deus.²¹

O verdadeiro pastor e cabeça do povo de Deus é Cristo; o bispo e, em grau subordinado, o presbítero participam daquele dote quando governam aquela parcela do povo de Deus que lhe fora confiada. Os bispos exercem o seu dever, ocupam um lugar de primeiro plano. Estes regem as Igrejas particulares a eles confiadas, como vigários e legados de Cristo, com o conselho, a persuasão, o exemplo, mas também com a autoridade e o poder sagrado, dos quais se servem para edificar a própria grei (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 16). Mas também os presbíteros exercem a função de Cristo Cabeça e Pastor pela parte de autoridade que lhe é conferida, em nome do bispo, reúnem a família de Deus (Costa, 1997c, n. 6): autoridade subordinada, mas verdadeira e irrenunciável (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 28; Costa, 1997d, n. 30).

O Sínodo dos bispos, de 1971, confirma tal verdade quando escreve:

¹⁸ Cf. Gn 3,6.

¹⁹ Cf. Gn 3,16-19.

²⁰ Cf. Sl 22,2-4 e, também, Jo 10; Lc 15.

²¹ Cf. Sl 22,6.

Mediante a sagrada ordenação, o sacerdote recebe o dom especial do Espírito que o torna partícipe da missão de Cristo no seu dúplice aspecto de autoridade e serviço. Essa manifestação não é, pois, própria do ministro: esta é, de fato, a manifestação de *exousia*, ou seja, do poder do Senhor, em virtude do qual o sacerdote cumpre com o seu dever de embaixador na obra escatológica da reconciliação (1971, n. 5).

O Concílio Vaticano II apresenta ainda outro pressuposto teológico que é importante sublinhar: a Igreja enquanto povo de Deus e família de Deus. Povo reunido por iniciativa divina para a comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Também a comunidade confiada ao presbítero é uma família de Deus como fraternidade animada na unidade, para ser conduzida ao Pai por meio do Filho no Espírito Santo. A referência trinitária é fundamental para a apresentação da comunidade cristã em toda a sua riqueza teológica e não em função puramente numérica ou sociológica.

Na edificação da comunidade cristã o presbítero não pode agir arbitrariamente, mas deve se deixar guiar pelas normas e critérios que se baseiam, em última análise, sob a revelação e que são sublinhados pelo próprio Concílio. Tem antes de tudo a *eximia humanitas* ou *delicada bondade* do próprio Cristo: a sua bondade, humanidade, cortesia, gentileza, todo o seu modo de agir são exemplos nos quais o presbítero deve se espelhar na sua relação com a humanidade. Existem exigências objetivas, sugeridas pela natureza da doutrina a ser anunciada. O presbítero deve ser guiado pelo significado da autoridade, em força da qual formará a pessoa humana, tendo como base não os próprios critérios, mas as exigências da doutrina cristã; a fortaleza para ter a coragem não só de instruir o ser humano, mas também de corrigi-lo e adverti-lo.²² Fala-se depois do significado do sobrenatural: o presbítero deve ser sempre educador na fé. O termo do ensinamento não será nunca uma disciplina humana, mas o humilde acolhimento e responsável resposta do homem à chamada de Deus.

O presbítero deve buscar compreender a vontade de Deus e colocar-se a serviço da vocação de cada fiel: “Cabe aos sacerdotes, como educadores na fé, cuidar por si ou por outros, que cada fiel seja levado no Espírito Santo a cultivar a própria vocação segundo o Evangelho, a caridade sincera e operosa, e a liberdade com que Cristo nos libertou” (Costa, 1997c, n. 6).

²² 2Tm 4,2.

O dever parece difícil e requer muita dedicação e o presbítero nem sempre pode enfrentar sozinho o árduo trabalho da educação do cristão, por isso pede ajuda a todos aqueles que possam ajudar o sacerdote: coirmãos, conselheiros, estudiosos etc.

Os termos da educação são complexos: trata-se de ajudar o cristão a descobrir sua vocação evangélica e realizá-la. É um trabalho progressivo que não se exaure em poucos anos, é uma busca contínua para ocupar o próprio lugar na comunidade cristã, pela infância, pela juventude e pelos adultos. Tal busca será feita sob a guia do Espírito Santo, que é o verdadeiro artífice dos carismas na vida da Igreja.

Somos povo de Deus em marcha. Somos os peregrinos, os itinerantes na história dos homens e mulheres: a Igreja, animada pelo Espírito Santo, peregrina na história dos homens...somos o Reino de Deus em crescimento. Nada está terminado. Nada está consumado. Tudo está por ser feito. Tudo é projeto. Tudo é um lançar-se para a frente. Tudo é um *pro-icere* (CNBB-NE1, 1986, n.6).

A prática de uma caridade sincera e operativa é outro aspecto da educação sacerdotal. Não se pode oferecer um cristianismo desencarnado, mas atuante na realidade do mundo. A síntese da mensagem evangélica está na perfeição da verdadeira caridade de Deus, que se manifesta na caridade pelo próximo.²³

Existe a educação para a liberdade dos filhos de Deus. O termo difícil e ambíguo de liberdade encontra ressonância nos versículos paulinos, a sua interpretação mais segura e a direção mais válida: “Cristo nos libertou para que permanecêssemos livres; sejais, portanto, sãos e não vos deixeis impor de novo o jugo da escravidão”.²⁴ é a escravidão do egoísmo, dos condicionamentos de uma natureza inclinada ao mal.

Dentro da realidade concreta da Igreja do Ceará, os presbíteros deparam-se com vários grupos particularmente necessitados de atenção e zelo pastoral. Nessa perspectiva, o Concílio apresenta um elenco detalhado: os pobres e os mais fracos, aos quais o próprio Senhor quis demonstrar-se particularmente unido²⁵ e cuja evangelização é apresentada como sinal da obra messiânica;²⁶ os jovens, os casais e os pais, que devem estar unidos em grupos fraternos para ajudarem-se

²³ Cf. 1Jo 3, 11-24.

²⁴ Gl 5,1.

²⁵ Mt 25, 31-46.

²⁶ Lc 4, 18.

reciprocamente e viverem de modo mais cristão nas circunstâncias geralmente difíceis em que venham a se encontrar; os doentes; e os moribundos. São indicações pastorais da máxima importância, das quais não se pode duvidar. O decreto *Christus dominus* recorda aos bispos e, por consequência, aos seus colaboradores, outras categorias de pessoas necessitadas da ajuda presbiteral: os imigrantes, os exilados, os prófugos, os marítimos, os operadores de serviço aéreo os nômades (Costa, 1997d, n. 30).

A Diocese de Crateús, por exemplo, contribui concretamente para a superação de uma prática clerical autoritária e estéril. Talvez, em raros momentos, da vida da Igreja do Brasil, os presbíteros, as religiosas e os religiosos, os leigos e as leigas tenham testemunhado uma experiência evangélica criativa e partilhada para se colocarem a serviço dos pobres e esquecidos nos sertões brasileiros.

Uma Igreja dos pobres não é assistencialista e apenas alivia o sofrimento dos empobrecidos, mas identifica as suas causas e as compara com o projeto de Deus. Como esse sentimento, a Igreja de Crateús partia sempre da contemplação da realidade, em que se desenvolvem os mecanismos de opressão e as saídas de libertação coletiva.

Desse olhar sobre a realidade, sob a luz do Evangelho, dois pontos emergem: consciência dos problemas e luta contra a opressão. Essas duas vertentes fluíram naturalmente para a mobilização e organização das massas:

A grande maioria do nosso povo vive do trabalho na terra. Sofre todas as consequências de injustiça organizada e institucionalizada (terra, renda, comercialização, emergência, indústria da seca etc.). A Igreja diocesana tem como prioridade permanente animar os cristãos, especialmente os trabalhadores a refletir sobre essa realidade e a se organizar diante dela, como também os anima a se engajar nas lutas para transformar essa realidade (Diocese de Crateús, 1983-4, pp. 27-9).

O presbítero, dentro dessa caminhada de Igreja, é compreendido como servidor do povo de Deus que se adapta às exigências específicas da comunidade eclesial a que serve, sem perder a fidelidade à sua vocação apostólica, que o torna sinal da universalidade da Igreja e do dinamismo com que ela vem caminhando na história desde Cristo até os apóstolos.

O presbitério do Ceará se identifica com a Igreja “servidora do mundo”, cuja missão essencial é anunciar o Evangelho a todas as gerações e fazer com que

ele penetre, como fermento na massa, na sociedade e na cultura. Por isso, um presbítero profundamente empenhado nesse trabalho profético e criativo, voltado para o futuro, a partir do chão do presente; é um presbítero identificado com o espírito do Êxodo e da Páscoa, consciente de estar a caminho, disposto a avançar com seu povo em direção à terra da qual Deus nos suscitou a esperança.

8.2.

Pastoral como expressão viva da comunhão eclesial

A autêntica comunidade cristã, segundo o Concílio, deve inspirar-se em algumas notas características (Costa, 1997c, n. 6). Deve ser, antes de tudo, uma comunidade missionária e universal. Na sua simplicidade, ela representa a Igreja de Cristo (id., 1997c, n. 6). A comunidade, logo, não deve limitar-se a cuidar dos próprios fiéis, mas é convocada a ter zelo missionário que leva a abrir a todos os homens a estrada que conduz a Cristo (Concílio Vaticano II, 2007a, n. 6): a Igreja inteira deve sentir a dilatação da Igreja (id., 2001, n. 36). Porque missionária, a comunidade tem o dever de ocupar-se em primeiro lugar dos catecúmenos e dos neófitos, para que sejam educados gradualmente na consciência e na prática da vida cristã (Costa, 1997c, n. 6). A encíclica *Redemptoris missio*, de João Paulo II, recordou e sublinhou muito fortemente o sentido missionário da comunidade cristã (João Paulo II, 1991, n. 83).

A comunidade local deve ser também uma comunidade eucarística. A comunidade se reúne em torno do altar e a Eucaristia, que é o momento privilegiado da evangelização e da santificação, torna-se também o lugar privilegiado da formação da comunidade. Não é possível que se forme a comunidade cristã senão tendo como raiz e como ápice a celebração eucarística, da qual qualquer educação que pretende formar o espírito de comunidade deve receber as indicações. E como da Eucaristia brotam todas as manifestações da vida cristã (oração – recepção dos outros sacramentos), deve tomar força o testemunho da caridade e das suas várias manifestações.

A diaconia da caridade – do serviço, do testemunho, do apostolado e do próprio martírio – tem sua origem e força da Eucaristia: a celebração eucarística, por ser sincera e plena, deve praticar as diversas obras de caridade e a recíproca ajuda e a ação missionária e as várias formas de testemunho cristão. O autêntico

sentido da Eucaristia – lembra João Paulo II – é tornar-se, por si mesma, escola de amor ativo pelo próximo (João Paulo II, 1980, n. 5).

Enfim, a comunidade cristã é uma comunidade fecunda: essa exerce uma função materna em relação às almas que deverão ser aproximadas a Cristo. Essa comunidade vem a ser, para quem ainda não crê, um instrumento eficaz para indicar ou para agilizar o caminho que leva a Cristo e à sua Igreja; e, para quem já crê, é estímulo, alimento e sustento para a luta espiritual.

O presbítero é responsável por toda a comunidade eclesial que lhe fora confiada. Ele não pode ficar indiferente às indicações e problemáticas da Igreja diocesana e universal. Os presbíteros, sob a autoridade do bispo, santificam e governam a porção da grei do Senhor a eles confiada. “Na sua sede, tornem visível a Igreja universal e ofereçam uma grande contribuição à edificação de todo o Corpo [...] procurem dar a sua contribuição ao trabalho pastoral de toda a diocese, aliás de toda a Igreja” (Concílio Vaticano, 2007a, n. 28). Eles devem sentir-se realmente membros não só da diocese, mas também da Igreja universal.

O decreto *Presbyterorum ordinis* termina com uma chamada responsável e desafiadora para o presbítero ser formador de comunidade. Este deve recordar-se de que a comunidade cristã não é fruto de compromissos humanos ou menos ainda políticos, mas do anúncio do Evangelho: os presbíteros não se colocam a serviço de uma ideologia ou facção humana, mas como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, dedicam-se plenamente ao incremento espiritual do corpo de Cristo.

O Evangelho e a Igreja são, antes de tudo, realidade espiritual. Em alguns momentos de particular tensão, o presbítero pode ser tentado a se considerar a serviço de ideologias políticas ou sociais. Mas esta não é a doutrina da Igreja; nem mesmo é a verdadeira missão do sacerdote, que acima de tudo, é educador na fé, ou seja, anunciador e proponente da inserção de Deus na vida da humanidade: os meios humanos podem ser falhos, mas a verdade de Deus permanece eternamente.

A Igreja do Ceará – firmada em orientações que encontram seus princípios no Vaticano II e mais explicitamente nos documentos de Medellín, Puebla e Santo Domingo – considera que sua missão, essencialmente religiosa, não dispensa a participação no esforço de construir uma sociedade democrática, cujas estruturas não tenham como resultado a opressão e a miséria da maioria nem o reforço do egoísmo e individualismo das minorias privilegiadas.

Essa interpretação de sua missão a leva a dar continuidade a todas as atividades pastorais, tais como: catequese, pregação do Evangelho, celebração da liturgia, prática da caridade, ao desenvolvimento de sua organização interna, mas também a pronunciar-se sobre os problemas como reforma agrária, solo urbano, menor abandonado, em suma, à busca de uma sociedade mais justa e fraterna (CNBB-NE1, 1991).

Hoje, a exigência da evangelização numa sociedade em mudança, onde a fé deve ser novamente “inculturada”, pede ao presbítero que se insira profundamente nas condições de vida dos homens e mulheres do seu tempo e desempenhe o papel de anunciar o Evangelho e edificar uma comunidade cristã em formas inéditas, em continuidade com as raízes do passado, mas sem modelos preestabelecidos.

A Igreja que queremos ser e ajudar a construir é uma Igreja que assuma com grande seriedade a formação dos seus presbíteros e dos leigos, orientando-se nesta área por intermédio dos documentos *Pastores dabo vobis* e *Christifideles laici*; uma Igreja capaz de articular, pela vivência da comunhão eclesial, o universal com o particular; as diversas formas de vida evangélica e ministerial com os novos movimentos e associações leigas; o paroquial com o diocesano; o sacramental com a diaconia e o testemunho; o celebrativo e orante com o testemunho e o compromisso (ibid., n. 27).

8.2.1. Avanços

Depois da dissolução do regime de cristandade, que garantiu no curso dos séculos uma positiva ligação e radicalização da fé cristã na sociedade, a Igreja sentiu fortemente, o sentido da dispersão. Ela, que já a partir do século XVII se colocou na defensiva diante da modernidade galopante, ao longo do século XIX e, em parte, do século XX, encontra-se sempre mais imersa num mundo que não compreende mais as coordenadas e o percebe sempre mais hostil.

O percurso eclesial de aproximação das temáticas do mundo moderno, inaugurado por Leão XIII, ainda que com mentalidade nem sempre moderna, coloca em movimento projetos de recristianização da sociedade. Entre eles assume certa importância o projeto de uma “nova cristandade”, capaz de introduzir a ideia de uma renovada sociedade cristã com as instâncias da

democracia. Por uma série de motivos, que não é possível desenvolver neste contexto, esse projeto não se realizou.

O seu abandono, então, junto obviamente ao amadurecimento de uma renovada consciência teológica no tocante à relação Igreja-mundo, que tem o seu carisma nas diretrizes conciliares, influenciou na Igreja a aceitação de ser o cristianismo minoria no interior da sociedade secularizada. Isso é sempre mais colocado em discussão não tanto como a situação que a Igreja enfrenta no interior da sociedade, mas como condição de “normalidade” teológica e pastoral pela qual se deve nortear o agir a serviço dessa mesma sociedade.

Quais são, porém, os possíveis êxitos para uma Igreja que se autocompreende como “pequeno rebanho”, no momento em que, por um lado, entende prosseguir sendo guardiã e renovadora de um cristianismo popular, sem, contudo, fixar-se na pastoral sacramentária ou de conservação; e, por outro lado, se propõe a perseguir uma decisiva pastoral de evangelização e comunitária, como exigência de altos estilos comprometida com toda a comunidade cristã? A aceitação de imperativos pastorais voltados para esse último aspecto não poderia fazer desmoronar a pastoral da Igreja num tipo de pastoral elitista, esquecendo a sua relação com o povo?

É difícil responder a esses atuais questionamentos. É necessário, entretanto, nesses tempos de delicada transição, confirmar com força o caminho de renovação que a Igreja apresenta. Não se pode, portanto, como Igreja, em nome do medo de possível deriva sectária, renunciar às aquisições conquistadas inerentes à evangelização e à comunidade cristã. Deve-se, pelo contrário, proceder com mais força, levando ao extremo todas as consequências e confiando a compreensão e os critérios de julgamento à ação pastoral, sabendo que quanto mais estão conformes a uma sã teologia pastoral, mais evitam fechamentos e sectarismos antievangélicos.

Desde a promulgação do Concílio Vaticano II, a preocupação dos bispos, presbíteros, religiosos e religiosas é com a aplicação concreta do novo a partir da realidade concreta do povo cearense. Assim, organizam-se estudos, encontros, seminários, congressos, assembleias, para, fazendo análise de conjuntura do Ceará, e, à luz da Palavra de Deus, viabilizar uma ação evangelizadora que favoreça o encontro do povo cearense com as verdades da fé e, assim, fazendo

uma experiência profunda de Jesus, purificar as estruturas de opressão e de injustiça que saltam aos olhos.

O presbitério cearense aos poucos está tomando consciência dos novos desafios e, entre momentos de entusiasmo e outros de desânimo, segue em busca da Pastoral de conjunto indispensável para o êxito da ação pastoral.

Surgem os Conselhos de Pastoral, quer a nível regional, diocesano, quer a nível paroquial. Inauguram-se as assembleias de pastoral com a participação mais assídua dos fiéis leigos, que participam sugerindo os caminhos a serem percorridos pela Igreja.

Percebe-se que será necessário repensar também o modelo de paróquia devendo-se passar de um entendimento meramente territorial a uma paróquia comunidade estável de fiéis.

A paróquia é a forma comunitária e ordinária da vida cristã. As mudanças que vieram no modo de entendê-la são muito significativas para a análise da relação entre presbítero e comunidade cristã.

A passagem, registrada também pelo *Código de direito canônico*, da concepção de paróquia como território àquela como comunidade estável de fiéis determina uma mudança radical no modo de conceber a paróquia. Está suplantada a ideia tridentina da paróquia, típica dos últimos séculos do tempo de cristandade, pela qual a paróquia era compreendida como uma subdivisão territorial/administrativa da Diocese, tendo à frente um pároco/funcionário que exercia o seu ofício (*cura animarum*) a favor de todos os fiéis, que coincidem com os habitantes do território.

No lugar dessa concepção surge outra, que se expressa com a ideia de paróquia como comunidade estável de fiéis que vivem a sua vida dentro de um território. Por este novo modo de entender, a paróquia não é o território com o todo de seus habitantes, mas a comunidade de fiéis juntos naquele território (ainda que o *Código de direito canônico* preveja formas de paróquias não territoriais). O território é, dentro dessa lógica, o contexto de vida e de interpretação da fé e, ao mesmo tempo, espaço – ainda que não exclusivo – de missionariedade. Trata-se de uma mudança de época que tem presente a diminuição da unanimidade de pertença, típica do tempo de cristandade, e que considera a paróquia não mais entidade geográfica, mas comunidade.

No centro dessa renovada concepção de paróquia, na qual a comunidade cristã tem um papel central, pode-se individualizar três níveis específicos por meio dos quais se articula o zelo pastoral da Igreja: 1) A comunidade cristã ou “comunidade eucarística”; 2) Os batizados e batizadas, membros de outras Igrejas ou comunidades eclesiais e não-praticantes ou praticantes ocasionais; 3) Aqueles e aquelas que pertencem a outras religiões ou que tenham feito outra escolha de vida.

Ainda que seja óbvio, os destinatários específicos dos três níveis não podem ser considerados como meros objetos da ação pastoral, mas sempre, cada um conforme sua condição, como sujeitos. Particular destaque merecem aqueles incluídos no primeiro nível. A ideia de comunidade eucarística, do ponto de vista eclesial, implica uma plena subjetividade da mesma, sob pena, em caso contrário, de recair nas precárias perspectivas clericais.

Quando se fala, portanto, em significado pleno de comunidade cristã entende-se aquele eucarístico. É a partir desse significado que o presbítero vive a sua relação de comunhão e ministerial a favor de uma missionariedade em todos os níveis. Essa relação, assim, entre presbítero e comunidade eucarística, tornou-se o verdadeiro sujeito do zelo pastoral da Igreja do Ceará.

Merece um particular destaque a figura do presbítero quando assume a função de pároco. Ele tem, por sua vez, uma relação intrínseca e nativa com o presbitério ao qual pertence e com o bispo. Essa relação o coloca, portanto, num nível fundante porque expressa a sua pertença a um presbitério.

Antes de presidir uma comunidade cristã, ele já vive uma dimensão comunitária (que nem sempre, infelizmente, é existencialmente percebida), fundada sob uma pertença de tipo sacramental. Cada presbítero, já no ato da própria ordenação, passa a fazer parte de um “ordo”, que é claramente um corpo colegial. Como “ordo”, o presbítero é posto a serviço de toda a Igreja particular. Pelo fato de um presbítero presidir uma comunidade paroquial, realiza-se a consciência de que com sua presença se tornam presentes o presbitério e o bispo. Isso significa e reforça a ligação da própria paróquia com a Igreja particular.

8.2.2. Contradições

O papel do presbítero que preside a comunidade cristã (como aquele que serve) implica, por outro lado, na capacidade de construir com ela, relações ministeriais, ou seja, uma relação autenticamente de comunhão. Tais relações implicam, numa lógica que vai muito além daquela meramente funcional do ministério, trata-se da construção de verdadeiras e próprias relações interpessoais, da capacidade de assumir a história e a cultura próprias de um território, do dever de representar indistintamente as camadas da comunidade etc.

Esses dois modos de ser do pároco, algumas vezes, podem existencialmente entrar em dialética, quando não em conflito. Em todo caso são polaridades constitutivas e não elimináveis.

O que faz a paróquia ser não é, portanto, somente o pároco que administra os sacramentos em nome do bispo, por meio do exercício da *cura animarum*, nem, por outro lado, a comunidade cristã sozinha presente estavelmente num território, mas a fusão entre esses dois sujeitos, que entram na dinâmica da reciprocidade, algumas vezes dialética, sem nunca sufocar um ou outro. O presbítero e a comunidade estão, assim, um diante do outro, numa profunda e distinta relação de comunhão, entendida no duplice valor teológico e humano.

A partir da reflexão feita sobre a relação entre comunidade e presbítero, observar-se-á, agora, a situação concreta, assim como foi possível individualizá-la no contexto cearense.²⁷

A escolha de indicar algumas divergências vividas, seja por parte dos presbíteros, seja pela comunidade, não é motivado pelo gosto arbitrário à crítica em si mesma, mas à ideia de que estas podem facilitar a construção de um quadro que traduza a complexidade da realidade favorecendo o fortalecimento do processo de construção da comunhão eclesial.

Segue abaixo, ainda que esquematicamente, o elenco de algumas dificuldades indicadas pelos presbíteros e pelas comunidades cristãs.

²⁷ Neste ponto era previsto uma pesquisa de campo, porém, não houve resposta aos questionários enviados. O quanto segue é fruto da pesquisa realizada no Arquivo Geral da CNBB-NE 1, Pasta referente ao Clero (documentação arquivada sem critérios técnico-científicos), enriquecida por longos diálogos mantidos com alguns representantes do clero cearense, bispos, religiosos, religiosas e fiéis engajados, além da experiência de vida ministerial e sensibilidade pastoral do autor, que permitiram concluir o quanto segue. A identidade das pessoas que contribuíram será omitida, uma vez que não foi autorizado a sua publicação.

Os presbíteros advertem:

- Sentem-se como que sufocados entre os bispos e os féis leigos e encontram dificuldade em descobrir a própria identidade. Talvez também por isso muitos deles, mesmo dedicando a vida inteiramente ao apostolado, sintam-se desmotivados; a frustração se transforma, algumas vezes, em fechamento em si mesmo e acaba dando espaço a desconfiança e questionamento acerca do sentido do próprio ministério, o que tantas vezes acontece, tornando-o sempre mais pesado;
- São submetidos a grande quantidade de documentos que em todos os níveis são produzidos, sem que tenham uma síntese real entre eles e a indicação concreta de qual práxis adotar (em última análise, tal indicação é deixada a critério de cada presbítero);
- Não conseguem encontrar um modo concreto de atuação da dúplice indicação da prática pastoral evangelizadora e a missionária, sem, ao mesmo tempo, não abandonar a ordinária;
- Sentem uma distância nos confrontos de pessoas, sobretudo de leigos que não conseguem reportar-se imediatamente à sua esfera afetiva. São capazes, portanto, de confirmar a sua identidade pessoal, mostrando o lado fraco que sobressai no exercício do próprio ministério que apresenta pouca profissionalidade;
- Sentem uma solidão por não serem compreendidos pelas pessoas que não fazem parte da comunidade eucarística, surgindo uma dificuldade no ser homens de mediação.
- Não encontram sempre adequada preparação dos leigos.

A comunidade, por outro lado adverte:

- Não está preparada para enfrentar o desafio da relação entre fé e cultura, sobretudo no que diz respeito à transmissão da fé, e isso gera, muitas vezes, conflitos no seu interior (trata-se ainda de uma não-relação com a modernidade?);

- Não tem bem clara a relação que se pode instaurar entre algumas problemáticas típicas da convivência civil do território cearense, a reflexão e a participação eclesial nelas;
- Não é valorizada adequadamente pelos presbíteros no que diz respeito aos carismas individuais e competências, diferente do que ocorre no âmbito extraeclesial. Isso não gera reivindicação, como no passado, mas, sobretudo, desilusão e desmotivação;
- Sua opinião não é muito considerada no momento das decisões, mesmo nas questões relacionadas ao progressivo esvaziamento, que reflete, em todo caso, sobre a crise dos organismos de participação eclesial.

Sintetizando essas contradições, pode-se individualizar alguns problemas específicos que, mesmo encontrando-se em campos diferentes, permanecem entre si correlacionados.

O primeiro campo é o da relação Igreja-mundo. Ainda é problemática a relação da Igreja com a modernidade/pós-modernidade. Não é claro na Igreja se se pode ter confiança na cultura contemporânea ou se, ao contrário, precisa-se observá-la bem para evitar que seus fragmentos penetrem perniciosamente dentro da própria Igreja.

O segundo campo é o pastoral, o redimensionamento numérico dos membros da Igreja e a criação de duas tipologias de fiéis: aqueles da comunidade eucarística e aqueles que receberam simplesmente o batismo. Essas tipologias criam diversidade que algumas vezes se transformam em tensão ou em conflito no agir pastoral da Igreja. Pastoral missionária/evangelizadora e pastoral ordinária/sacramental nem sempre são bem articuladas entre si. Existe ainda, e é coerente nesse contexto, uma dificuldade na clareza de relação e de distinção entre iniciativas religiosas e iniciativas civis.

O terceiro campo é o da comunhão eclesial, a relação entre presbíteros e leigos. Ainda que se perceba uma grande melhora com respeito ao passado, percebem-se ainda algumas desconfianças e reservas recíprocas. O valor das opiniões dos leigos ainda não foi posto suficientemente em seu devido lugar, em detrimento do peso específico que as opiniões podem e devem exercer na comunidade.

Buscando uma abordagem unitária dessa problemática do ponto de vista teológico, poder-se-ia desenvolver a hipótese de que isso que aqui se agita é o tema da unidade. A unidade sacramental que a Igreja representa nos confrontos de todo o gênero humano e a unidade de comunhão da Igreja no interno de todas as suas várias componentes. Se essa hipótese tivesse de ser confirmada, além das singulares exortações pastorais a trabalhar juntas e a dialogar com o mundo, precisaria trabalhar muito sobre o tema da unidade, do ponto de vista teológico e do catequético.

O imperativo pastoral que resulta, portanto, é a necessidade de retomar o pensar grande, segundo uma teologia que seja de desenvolvimento dos grandes temas do Concílio Vaticano II, sem cair na tentação de retorno ao passado, quem sabe por exigência de maior clareza ou, pior ainda, de disciplina eclesiástica. Esse é o trabalho mais urgente e necessário, sobretudo em tempos nos quais se escuta falar de traição do Vaticano II, em nome de um entendimento falso da tradição ou da superação das instâncias conciliares sobre a base das mudanças culturais.

Necessita-se, ainda, adquirir como Igreja a capacidade de olhar as coisas de modo global e sistemático. Essa capacidade, não é simplesmente uma questão de técnica e de gestão, mas implica em colocar à luz toda memória histórica e cultural da Igreja particular e da paróquia. Implica, também, numa mentalidade efetivamente sinodal, que supere a separação dos papéis. Antes de exercer, e a bom direito, o próprio papel, sejamos todos corresponsáveis na Igreja e isso é o dado fundamental para qualquer forma de ministerialidade.

8.3. A cruz como princípio da mística presbiteral

Contemplar o mistério de Cristo, o Verbo de Deus que se fez homem, que salva toda a humanidade, motiva a uma busca do verdadeiro sentido da sua morte de cruz. Tomando o Evangelho de João como instrumento bíblico, percebe-se que a hora da morte de Jesus na cruz não representa apenas seu último respiro, o fim de sua vida terrena, mas se acha rica de sentido e é apresentada como exaltação e glória de Jesus, manifestação plena da gratuidade do amor de Deus. A cruz, portanto, deve ser considerada expressão maior da bondade de Deus, que “amou

tanto o mundo, que entregou seu Filho único, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”.²⁸

Jesus se deixa guiar pelo amor para realizar a vontade do Pai. A obra de Jesus Cristo tem, portanto, seu ponto alto e mais expressivo na cruz como ato de amor: “...sabendo Jesus que chegara a sua hora de passar desse mundo para o Pai, tendo amado os seus que estavam no mundo, amou-os até o fim”.²⁹ Somente o amor pode explicar o que parece inexplicável: Deus amor se fez dom, se deu a conhecer comunicando aos homens e mulheres a sua vida no amor.

A vida dada pelo Cristo Crucificado e Ressuscitado é a própria vida de Deus, seu amor comunicado com o Espírito Santo de Deus. É no Espírito Santo, que é amor de Deus, que a obra do Pai é realizada em Jesus. A obra realizada por Cristo é obra do Espírito, por isso obra de amor. Pelo amor de Deus comunicado pelo Filho, o Espírito gera vida e comunhão como vínculo entre a humanidade e Deus e entre as pessoas que entre si permanecem em Cristo no Espírito.

A compreensão do dom da vida feito por Jesus pode ser traduzida de modo prático, na vivência dos discípulos reunidos no Espírito em comunhão de fé e vida para viver o mesmo amor que Jesus Cristo manifestou ao mundo com sua vida, morte e ressurreição. O Espírito permite ao ser humano se realizar segundo o desígnio amoroso do Pai. Jesus volta ao Pai, mas não deixa a humanidade órfã,³⁰ por meio de seu Espírito, ele continua presente com seus discípulos, que, reunidos em comunidade, formam a Igreja.

8.3.1.

A espiritualidade presbiteral como vida no Espírito

Falar de espiritualidade significa compreender a dimensão da vida no espírito, tendo como suscitador, animador e modelo o próprio Espírito Santo. Assim, pode-se acenar a três aspectos que podem ajudar a colher o significado da espiritualidade do presbítero, homem apaixonado por Deus e pela Igreja, “especialista da dimensão vertical”, como diz Yves Congar (1991, p. 83).

Para a sabedoria do Oriente, o Espírito é o “êxtase de Deus”, no qual o Pai e o Filho saem de si para doar-se no amor. É a revelação a testemunhar que, todas

²⁸ Jo 3,16.

²⁹ Jo 13,1.

³⁰ Jo 14,18-20.

as vezes que Deus “sai de si”, o faz no Espírito: assim foi na criação,³¹ nas profecias, na encarnação, na Igreja, sobre a qual infunde o Espírito Santo em Pentecostes. O Espírito é “Deus como emanção de amor e de graça” (Küng e Kasper, 1972, p. 54): e exatamente por isso é Espírito criador, que enche o coração dos fiéis, é o paráclito que socorre e conforta. O Espírito de Deus ama os distantes, os últimos, aqueles que ninguém ama. Por isso o Espírito é o “pai dos pobres” (como o invoca o *Veni, Sancte Spiritus*), daqueles que não têm outra esperança senão no amor surpreendente e criador de Deus. Por isso, é a alegria e a consolação do coração de quem crê; a certeza da fidelidade divina sobre os caminhos obscuros que se colocam à frente; a coragem para mover-se rumo ao ignorado, realizar-se da promessa de Deus.

Segundo a reflexão do Ocidente, o Espírito é o vínculo do amor eterno, o que une o Pai e o Filho. Nessa perspectiva, pode-se dizer que ele procede do Pai e do Filho como ligação do amor recebido e doado, “lugar” e força do eterno diálogo da caridade (Santo Agostinho, 1994). Amor pessoal em Deus, o Espírito une aqueles que creem no Pai: é ele que preenche os corações da graça que vem do alto; é ele que infunde em nós o amor de Deus,³² graças ao qual somos capacitados para amar.

O consolador une não só o tempo ao eterno, mas também o presente ao passado e ao futuro; ele atualiza sempre os eventos salvíficos na memória eficaz do mistério celebrado e vivido: “Mas o Paráclito, o Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome, vos ensinará tudo e vos recordará tudo o que vos disse”.³³ Ele une o presente ao futuro “extraíndo” no presente da humanidade a vinda de Deus: ele é a primazia, o sinal, o penhor da esperança que não desilude. E é ele a unir aqueles que creem como princípio profundo da unidade da Igreja, Espírito de salvação que é comunhão, fonte da unidade do corpo de Cristo: ele une sem destruir o diferente, pelo contrário, suscitando e nutrindo a maravilhosa diversidade de dons e de serviços. Graças à sua ação a comunhão eclesial, sacramento de salvação, é “ícone da Trindade”, nutriente experiência de paz no amor do Pai e do Filho.

³¹ Gn 1,2.

³² Cf. Rm 5,5.

³³ Jo 14,26.

Esta docilidade ao Espírito Santo se faz mais exigente se tivermos presente que desejamos projetar os passos dentro das interpretações do momento histórico e das exigências da evangelização de hoje e de amanhã, para revitalizar a pastoral de conjunto (CNBB-NE1, 1986, n.7).

Diferente do ser humano que se transcende elevando-se, Deus se transcende abaixando-se. Como Jesus é o Verbo que se despojou de si mesmo, esvaziando-se da sua glória divina,³⁴ também o Espírito se revela escondendo-se: o êxtase do Espírito é a sua *kenosis*. É essa a fragilidade do amor: enquanto o egoísmo narcisista é amar-se possuindo, o verdadeiro amor é um perder-se doando: “Se um grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas se morrer, produzirá muito fruto”.³⁵ O êxtase do Espírito está ali a dizer que se é pessoa somente na medida na qual se vai além de si mesmo, se é em si somente quando se abre ao outro: “Pois aquele que quiser salvar sua vida, a perderá; mas, o que perder sua vida por causa de mim e do Evangelho, a salvará”.³⁶

Por essa razão, a maturidade do presbítero passa necessariamente pela experiência fundante do Deus de Jesus Cristo. É esse o fundamento e ápice de sua personificação e de sua realização humana enquanto presbítero. Nessa “vida segundo o Espírito”, explicita-se a sua maturidade de pessoa humana, de cristão e de presbítero. Viver o ministério de Deus, crer em seu agir na história, testemunhá-lo *in persona Christi* dentro das buscas e lutas da comunidade de irmãos na fidelidade constantemente renovada à graça da vocação – eis o que o torna presbítero homem adulto, enviado do Pai como o foi o próprio Cristo. Eis sucintamente, as linhas de força que permitem ao presbítero orientar sua vida e sua missão em direção à idade adulta de Cristo.

Os presbíteros que, por sua parte, participam do *múnus* dos apóstolos recebem de Deus a graça para ser ministros de Jesus Cristo entre os povos, exercendo o sagrado *múnus* do Evangelho, a fim de que a oblação dos povos seja aceita, santificada no Espírito Santo.

Contudo, eu vos escrevi, e em parte com certa ousadia, mais no sentido de avivar a vossa memória, em virtude da graça que me foi concedida por Deus de ser ministro de Cristo Jesus junto às nações a serviço do Evangelho de Deus, a fim de que as nações se tornem oferta agradável, santificada pelo Espírito Santo.³⁷

³⁴ Cf. Fil 2,6-11.

³⁵ Jo 12,24.

³⁶ Mc 8,35.

³⁷ Rm 15,16.

O decreto *Presbyterorum ordinis*, apoiando-se na citação acima, manifesta claramente que o ministério presbiteral, inteiramente ordenado à evangelização, tem sua fonte e seu complemento na celebração do sacrifício de Cristo:

Mas é pelo ministério dos presbíteros que o sacrifício espiritual dos fiéis se consoma em união com o sacrifício de Cristo, mediador único, que é oferecido na eucaristia de modo incruento e sacramental pelas mãos deles, em nome de toda a Igreja, até quando o mesmo Senhor vier (Costa, 1997c, n. 2).

8.3.2.

O presbítero mistério de comunhão

O presbítero não é geralmente conceituado como homem do Mistério ou do Absoluto, mas especificamente como aquele que torna sacramentalmente operante na comunidade cristã o Cristo Cabeça do corpo místico que é a Igreja. Portanto, a especificidade da sua espiritualidade é dada exatamente do seu ser representante sacramental de Cristo Pastor em favor do seu povo, no exercício da caridade pastoral. Conteúdo essencial dessa caridade é o dom total de si à Igreja, que constitui “o princípio interior e dinâmico capaz de unificar as múltiplas e diversas atividades do sacerdote” (João Paulo II, 1992, n. 23).

A espiritualidade presbiteral que deriva daí se expressa com um grande amor por Cristo e pela Igreja, atua na dedicação ao ministério e se sustenta no contexto da sincera fraternidade. Portanto, tudo isso que o ministério presbiteral comporta (o zelo pastoral, os sofrimentos, os esforços muitas vezes sobre-humanos) não deve ser considerado como um obstáculo ou uma distração, mas como modo sacerdotal específico e o caminho que conduz à santidade.

A Espiritualidade do Servo de Jahvé e da Serva de Jahvé é a nossa única espiritualidade possível no contexto em que Deus nos colocou como pastores e animadores. Fidelidade ao Evangelho e ao povo à semelhança de Jesus que veio evangelizar os pobres, dar a sua vida pela multidão, congregar os filhos de Deus dispersos – Cf. Lc 4,18; Mt 20,28; 1Tm 2,6; Jo 11,52 (CNBB-NE1, 1986, n.6).

Assim, serviço para e na Igreja e espiritualidade constituem no presbítero um “unum”, uma síntese vital. É no cotidiano do seu ser sacerdote *in saeculo* que ele vive e nutre a sua espiritualidade, de modo que contemplação e ação se

fundem nele – sem se confundirem –, naquela unidade interior na qual o homem e o sacerdote se encontram com Cristo, Filho do Homem e Sumo Sacerdote. A espiritualidade presbiteral, dessa forma, não se dispersa na ação, nem mesmo na mais banal, mas a eleva, tornando-a sagrada. O presbítero é o homem do sacrifício, isto é, da arte de tornar sagradas todas as coisas (sacrifício = *sacrum facere*).

Na exortação apostólica *Pastores dabo vobis*, que se caracteriza como um documento essencialmente de comunhão, João Paulo II define a identidade do presbítero a partir do próprio mistério da Igreja-comunhão:

É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária que se revela a identidade cristã de cada um e, portanto, a específica identidade do sacerdote e do seu ministério... a eclesiologia de comunhão torna-se decisiva para explicar a identidade do presbítero, a sua dignidade original, a sua vocação e missão no seio do Povo de Deus e do mundo (João Paulo II, 1992, n. 12).

Ainda na mesma exortação, o papa ressalta:

A nossa identidade tem a sua fonte mais remota na caridade do Pai. Ao Filho, por ele enviado, Sumo Sacerdote e Bom Pastor, estamos unidos sacramentalmente com o sacerdócio ministerial por ação do Espírito Santo. A vida e o ministério do sacerdote são a continuação da vida e da ação do próprio Cristo. Esta é a nossa identidade, a nossa verdadeira dignidade, a fonte da nossa alegria, a certeza da nossa vida (João Paulo II, 1992, n. 18).

É, portanto, na perspectiva eclesiológica do Vaticano II – *Ecclesia de Trinitate* – que se coloca a natureza do presbítero e a comunhão é o lugar no qual vai corretamente compreendida a espiritualidade presbiteral e corretamente exercido o ministério ordenado. Pode-se assim compreender a conotação essencialmente relacional da identidade do presbítero que serve o povo de Deus, que é a Igreja, e atrai todos a Cristo (João Paulo II, 1992, n. 12).

Infelizmente, pode acontecer que o presbítero, geralmente educado a uma mística solitária, encontre-se algumas vezes à procura da dimensão comunitária e eclesial da sua vocação e do seu ministério. Percebe-se que há um crescente desejo de fraternidade e de partilha, fortalece-se a necessidade de sair da solidão humana e presbiteral, que nem sempre corresponde à coragem de buscar caminhos de comunhão, de forçar a barreira da timidez e do privado para abrir-se à

comunhão no presbitério e à “catolicidade” da fé, numa tranquila e gratuita relação com os leigos e leigas e com os demais membros do presbitério. Por isso, o presbítero continua muito frequentemente fechado na individualidade, mesmo quando se dedica incansavelmente ao cuidado do rebanho que lhe fora confiado, incapaz de promover a corresponsabilidade e uma madura consciência eclesial.

O presbítero deveria viver fortemente a sua pertença ao presbitério e colocar-se em relação positiva e promotiva com os fiéis leigos, dos quais reconhece a dignidade de filhos de Deus e a cujo serviço dedica todo o seu ministério sacerdotal e a sua caridade pastoral. Na consciência da profunda comunhão que o liga ao povo de Deus, o presbítero não pode colocar-se acima da comunidade eclesial que lhe fora confiada, mas sim em relação de igualdade com ela, de modo que seja um irmão entre irmãos. O presbítero provém da comunhão e a ela se destina:

A formação permanente ajuda o sacerdote, dentro da Igreja ‘comunhão’, a amadurecer a consciência de que o seu ministério é, em última instância, ordenado a reunir a família de Deus como fraternidade animada pela caridade e a conduzi-la ao Pai por meio de Cristo, no Espírito Santo (João Paulo II, 1992, n. 74).

8.3.3.

O pastor com “coração de vaqueiro”

A importância que a Sagrada Escritura dá ao tema do pastor é inegável. Precisamente porque a relação entre o pastor e suas ovelhas representa uma das relações mais estreitas que se podia observar na cotidianidade de um israelita, Deus utiliza esse símbolo para expressar sua relação com o povo eleito e com toda a humanidade.

Porém, isso vale também para as relações humanas, uma vez que na *Bíblia* o título de pastor é atribuído a todos aqueles que imitam o cuidado, a dedicação que Deus tem pelo bem-estar do povo.

Na cultura nordestina, encontra-se no pastor uma figura que se destaca pela sua coragem, velocidade, domínio do animal, atenção a cada obstáculo da mata, integrada na vida e na ambivalência pastoril, só pra citar algumas de suas características.

O panorama físico da região se desenvolve em tabuleiros e caatingas, espigões e espinhaços, e, cercando pequenas ilhas de matas, a vegetação xerófila, mirrada e espinhenta, torna-se crestada e ressequida como a terra castigada, por uma incidência solar desmedida. A aridez do clima, a agressividade da flora, a periodicidade das secas causam a esterilidade do solo escarmentado, enrugado, de serranias desnudas.

Diante dessa paisagem árida, agressiva e desafiadora, o presbítero cearense, apesar de todas as dificuldades geográficas, assume com ardor missionário a imagem do pastor, assim como é descrita por Jesus no Evangelho de João,³⁸ e a enriquece com o elemento cultural mais próprio da região, a do vaqueiro.

O vaqueiro é um ser humano destemido e ousado; atravessa a vida entre ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incompreensível e não pede um minuto de tréguas. É um batalhador permanente, combalido e exausto, perenemente audacioso e forte, preparando-se sempre para um reencontro que não vence e em que não se deixa vencer; passando da máxima quietude à máxima agitação, da rede preguiçosa e cômoda para o lombilho duro, que o arrebatava como um raio pelos arrastadores estreitos, em busca das malhadas. Reflete, nessas aparências que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia, a passagem de uma estação à outra, da maior exuberância à penúria dos desertos incendiados, sob o reverberar dos estios abrasantes.

Assim como o vaqueiro, o presbítero conhece a área em que trabalha nos seus mínimos detalhes, pois em suas atividades ordinárias percorre toda ela, devassando-lhe as intimidades, os pontos mais recônditos, os caminhos, as picadas, serras e acidentes do terreno, malhadouros, aguadas, brejos e lagoas. Conhece as dificuldades do povo, partilha suas dores e angústias, anuncia a Palavra que conforta, oferece o Pão que alimenta a fé e a esperança de dias melhores.

O isolamento dos ermos o ensina a falar pouco, porque, quase sempre só, aprende a ser comedido e tranquilo, silencioso como a imensidão dos campos. Colhe esses momentos de solidão para contemplar o criado e estabelecer um

³⁸ Jo 10, 11-18.

diálogo com o Criador, no qual se reabastece de fé e, fortalecido, anuncia sem temer as dificuldades.

As visitas às famílias e o diálogo fraterno com o povo fazem com que tenha olhos de lince – pelo exercício cotidiano no pastoreio, das buscas pelos matos e cipoais das reses tresmalhadas. Pelas mesmas razões, tem “ouvidos de tuberculoso”, não lhe escapando um ruído por mais sutil que seja. Conhece inúmeras rezes pelo nome e a muitas delas desde que nascem.

A relação do Bom Pastor com “coração de vaqueiro” com a comunidade eucarística não é fria, material, impessoal, porque eles se conhecem e se amam. É uma relação de íntima comunhão, na qual nem mesmo os quilômetros que muitas vezes separam o pastor e as ovelhas os mantêm distantes, buscando eles maturidade e crescimento na comunhão eclesial.

A comunhão que se constrói com Jesus começa a abraçar, pouco a pouco, todas as relações e essas convergem à unidade de vida – apesar de todas as diversidades e complexidades – no amor que encontra nele mesmo a fonte.

Esse caminho de comunhão eclesial numa espiritualidade de silêncio e palavra, escuta e comunicação qualifica também o ministério da paternidade espiritual do presbítero. Ele caminha ao lado dos leigos no estilo de peregrino de Emaús, sincronizando os passos com eles na serena tensão, na escuta e no acolhimento dos seus desgarrados.

8.4. A formação permanente dos presbíteros

O Concílio Vaticano II, na conclusão do decreto *Optatam totius*, não deixa de recordar a necessidade de a “formação sacerdotal ser continuada e completada, ainda depois de terminado o curso do seminário, por causa, sobretudo, das circunstâncias do mundo moderno” (Costa, 1997a, n. 22). Depois, no decreto *Presbyterorum ordinis*, observa com realismo o contexto cultural no qual os presbíteros são desafiados e fala de novos obstáculos que se opõem à fé, de aparente esterilidade do trabalho apostólico, do sentirem-se quase estranhos diante das dificuldades do mundo de hoje, da probabilidade de um cruel isolamento. Como antídoto, nesse mesmo decreto o Concílio dirige aos presbíteros uma forte chamada a olhar para o alto:

Lembrem-se os presbíteros que no exercício da sua missão nunca estão sós, mas estão apoiados na força onipotente de Deus: e assim, com fé em Cristo que os chamou a participar do seu sacerdócio, dêem-se com toda a confiança ao seu ministério, sabendo que Deus é poderoso para aumentar neles a sua caridade (Costa, 1997c, n. 22).

O Concílio recomenda ainda a necessidade de um aperfeiçoamento da formação sacerdotal no ponto em que fala de aprofundamento e atualização dos estudos; não sem a consciência de que isso possa servir também para reforçar a vida espiritual. Pensar a formação permanente, segundo o Vaticano II, significa, portanto, assumir os desafios dos tempos e projetar a formação como atualização teológico-cultural (id. *ibid.*, n. 19).

Com a mesma finalidade de uma instrução e formação permanente dos presbíteros, também a sacra Congregação para o Clero publicou um documento (*Inter Ea*, em 04 de novembro de 1969), no qual apresentava indicações ainda mais circunstanciais, a fim de que o presbítero fosse ajudado a viver no melhor modo o seu ministério.

O magistério demonstrou uma madura e crescente sensibilidade a propósito da formação dos presbíteros, evidenciando uma dúplice exigência. Por um lado, sublinhou o peso da responsabilidade a cargo da comunidade educativa dos seminários. Todas as vezes que se fala de problemas pastorais que dizem respeito às comunidades cristãs, faz-se apelo ao seminário, atribuindo um dever educativo a todo o campo. Por outro lado, propriamente nestes tempos, experimentando o limite estrutural das comunidades seminarísticas diante das exigências formativas colocadas pela complexidade cultural na qual se vive, decisivamente dilatou o horizonte formativo chamando em causa as Igrejas particulares para uma formação que acompanhe toda a vida e o ministério dos presbíteros.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em todos os documentos que se sucederam apresenta uma particular atenção com a formação permanente dos presbíteros e incentiva as Igrejas particulares a assumirem o processo de renovação e atualização necessárias para uma vida ministerial e pastoral condizente com os tempos atuais:

As dioceses procurem motivar todos os presbíteros para o processo de renovação e atualização. Haja um trabalho de conscientização constante, sobretudo junto àqueles presbíteros mais acomodados e resistentes às exigências de uma pastoral renovada. Promovam-se, nas dioceses, cursos e dias de estudos sistemáticos sobre problemas teológico-pastorais oportunamente abertos para outros agentes de pastoral. Examine-se seriamente a conveniência da criação de uma biblioteca para uso do presbitério (CNBB, 1981, n. 345).

A formação permanente não é uma simples repetição, uma revisão ampliada com sugestões práticas do quanto foi estudado no seminário. Ela deve se desenvolver como um fato vital, que tem seu início no seminário e no seu progresso exige adaptações, atualizações e modificações, sem sofrer rupturas ou soluções de continuidade.

Muito rico e ponto de referência para a formação permanente dos presbíteros hoje continua sendo o capítulo sexto da exortação apostólica pós-sinodal *Pastores dabo vobis* (João Paulo II, 1992). Nela, colocam-se em relevo os diversos componentes, as motivações teológicas, os itinerários, as relações dinâmicas com a Igreja e com o bispo, os responsáveis e as modalidades concretas para uma programação precisa.

Sobretudo, a *Pastores dabo vobis* indica que a formação permanente é um processo de contínua conversão (n. 70), que envolve as dimensões humana, espiritual, intelectual e pastoral da personalidade do presbítero. Ela tende a ajudar o presbítero a ser e agir como padre no espírito conforme o estilo de Jesus Bom Pastor. Nesse sentido, pode-se dizer que a formação permanente tende a fazer com que o presbítero seja um crente e o seja cada vez mais; que aja sempre na sua verdade, com os olhos de Cristo (n. 73). E a verdade do ser presbítero é uma verdade de mistério; o presbítero é representação sacramental de Jesus Cristo Cabeça e Pastor (n. 15), e o mistério exige ser inserido na sua vida (n. 24).

8.4.1. Experiências de formação permanente no Ceará

As experiências em voga nas Igrejas particulares do Regional NE 1 da CNBB parecem permitir o desenho de um quadro bastante complexo, que varia de diocese para diocese e, dentro dessas, de regiões para regiões.

Antes de nos determos nessas experiências, faz-se necessária uma dúplici anotação preliminar. Uma diferença notável se encontra antes de qualquer coisa,

entre as grandes e as pequenas dioceses: nas primeiras, a proposta de formação permanente tem uma estruturação própria, fruto de sua própria fisionomia, experiência e caminhada. Nestas emerge sobretudo uma dupla articulação derivada do critério da idade de ordenação: uma é a proposta pelo zelo dos jovens sacerdotes e outra é a proposta formativa para os presbíteros com muitos anos no exercício do ministério.

Em algumas regiões, adverte-se também a necessidade de uma colaboração interdiocesana, por meio do envolvimento entre os institutos teológicos presentes no Regional, também em vista da articulação entre a formação dos seminaristas e formação permanente, evitando fraturas entre o plano acadêmico de estudos e as perspectivas pastorais do ministério.

Observando o todo do caminho da formação permanente no Regional NE 1 da CNBB nestes últimos anos, parece ser possível apresentar um quadro que articula as experiências feitas em quatro níveis.

a) Nível espiritual

Em todas as dioceses, há muito tempo, existe o retiro anual do clero (exercícios espirituais), vivido de forma comunitária entre os presbíteros da mesma Igreja particular. Em algumas dioceses, são propostos diversos turnos de retiro, de modo a favorecer ao máximo a participação dos presbíteros. A experiência é vivida geralmente de modo tradicional: com o silêncio continuado e a reflexão sobre a Palavra de Deus, animada com a presença de um bispo.

Algumas dioceses realizam o retiro no próprio território, numa das estruturas ali existentes (casa de encontros, mosteiro, santuário, seminário etc.); outras optam por uma sede geograficamente distante. A presença do bispo diocesano é sempre julgada muito positiva, por favorecer os encontros com os presbíteros individualmente.

Entretanto, difundida é a práxis das jornadas de espiritualidade por ocasião da Páscoa e do Natal do Senhor. Por ocasião da Páscoa, a jornada é preestabelecida para a quarta-feira Santa. Os presbíteros se encontram e iniciam a jornada preparando-se para a grande celebração da quinta-feira Santa. No Natal, a jornada acontece numa data preestabelecida, geralmente em meados de

dezembro, e, diferente da anterior, tem início com uma grande concelebração na catedral.

Geralmente, tais jornadas são programadas prevendo a celebração da Liturgia das Horas, a meditação, um tempo de silêncio ou de adoração ao santíssimo sacramento com possibilidade de celebrar o sacramento da reconciliação, a concelebração da Eucaristia na catedral e um momento de confraternização.

b) Nível teológico

Algumas dioceses têm favorecido a formação teológica dos presbíteros, enviando-os a outros países ou a outros estados brasileiros, em diversas áreas teológicas e filosóficas, de modo que possam contribuir concretamente não só com a formação dos futuros sacerdotes, mas também com o aprofundamento de grandes temas teológicos/filosóficos que tenham direta influência com a vida da Igreja e com o ministério pastoral.

As semanas teológicas organizadas pelos Institutos presentes no Regional NE 1 da CNBB são um sinal da preocupação da Igreja cearense com a atualização teológica dos presbíteros e dos candidatos ao presbiterado. Ao mesmo tempo, favorecem momentos de convivência e partilha entre os presbíteros desse Regional ou, pelo menos, entre parte deles.

c) Nível de atualidade teológico-pastoral

A experiência mais comum em todas as dioceses do Regional NE 1 da CNBB é constituída por um ou dois dias de encontro, mensal ou bimestral, do clero ao longo do ano litúrgico-pastoral nas comunidades cristãs. Os conteúdos desses encontros geralmente estão ligados ao aprofundamento do plano pastoral da diocese ou aos grandes temas de atualidade teológico-pastoral. No primeiro caso, têm como objetivo as escolhas operativas, que podem encontrar posterior aplicação no conselho pastoral diocesano.

Quanto aos jovens presbíteros nos primeiros anos de sacerdócio, em diversas dioceses estão previstos para eles encontros de uma jornada, com frequência mensal ou bimestral. Os sacerdotes chegam ao local do encontro na

noite anterior, de modo a favorecer a dinâmica de um momento residencial sereno e sem a pressão dos compromissos pastorais. Para a assistência aos jovens presbíteros, na impossibilidade da presença do bispo diocesano, este recorre à colaboração de um delegado. Nesses encontros são previstos o aprofundamento de uma temática precisa, a oração e o debate fraterno sobre aspectos concretos do ministério pastoral.

d) Nível experiencial-agápico

Algumas experiências estão adquirindo um forte valor simbólico em relação à promoção da comunhão presbiteral. A principal delas é a celebração da missa dos Santos Óleos na quinta-feira Santa, talvez o momento mais forte de encontro do presbitério diocesano com o próprio bispo. A própria mídia e as revistas diocesanas, onde existem, não deixam de dar particular relevo à homilia da quinta-feira Santa, exatamente pelo significado espiritual que esta assume no caminho do presbitério.

Outro momento muito encorajador entre presbíteros é a sua presença numerosa às ordenações diaconais e presbiterais. Em algumas dioceses, esses momentos são considerados raros, a ponto de se tornarem notícia; mas em todos os lugares assumem força de sinal e de esperança para o presbitério e para a comunidade cristã, que participa atenta com uma grande presença de jovens.

Outras experiências em fase de lenta difusão, não sem interpretações problemáticas, são as diversas formas de comunidades sacerdotais, as quais preveem uma modalidade diferente de realização. Em alguns casos, trata-se da convivência entre pároco e vigários paroquiais a serviço de uma mesma paróquia; outras vezes, trata-se de sacerdotes com ofícios diferentes ou a serviço de comunidades cristãs diferentes, os quais se encontram periodicamente para discussões essenciais de vida pessoal e ministerial, rezam a Liturgia das Horas e fazem as refeições em comum; outras vezes, ainda, são sacerdotes de uma mesma forania ou zonal que se encontram periodicamente para as refeições e para a programação ou a colaboração pastoral.

Fora das diversas tipologias que se configuram no interno da vida concreta das dioceses do Regional NE 1 da CNBB, um dado permanece comum: a exigência de partilhar a fadiga do ministério num contexto de complexidade

cultural. São experiências que já têm uma discreta aprovação em muitas dioceses e estão em fase de amadurecimento em outras.

Outra experiência é a Assembleia Regional dos Presbíteros, que favorece um momento de fraterna troca de ideias e debates sobre problemáticas pastorais da Igreja e de vivência do ministério presbiteral no contexto da Igreja do Ceará. Embora a participação dos presbíteros nesse momento ímpar da caminhada da pastoral presbiteral não seja numerosa, uma representação de todas as dioceses se faz presente, o que não anula o seu valor e a contribuição que oferece no crescimento da fraternidade sacerdotal.

Em relação a tais perspectivas pastorais, não poucos presbíteros esperam uma palavra de encorajamento por parte dos bispos e uma oportuna reflexão, sobretudo, em relação às mudanças nas condições do exercício do ministério.

8.5. Considerações finais

E, para concluir esta leitura do perfil cristológico-ecclesiológico do presbítero cearense, o resultado do balanço favorece a esperança, o desejo de superar as dificuldades, a decisão de elaborar projetos e atualizar ações que favoreçam a formação permanente dos presbíteros respondendo de modo concreto, aos desejos e sentimentos do clero cearense. O conteúdo deverá pautar-se em dois grandes eixos interligados: a vida do presbítero em Deus e o Deus da vida dos presbíteros – mística e militância.

Ressoa muito forte a este ponto uma frase de Padre Josimo, nosso irmão-mártir, Pouco antes de ser assassinado, ao falar de seu compromisso de presbítero no meio do povo abandonado do Bico do Papagaio, ele escreveu: “Desistir da justiça? Não!...Amedrontar a esperança? Jamais!... Não abaixarei os olhos da linha do horizonte!”.

Nessa frase pode-se reconhecer a mesma diretriz irrenunciável contida em uma palavra eminentemente pessoal de Jesus: “Não há maior amor do que dar a vida pelos irmãos”.³⁹ Oxalá os presbíteros do Ceará tenhamos a graça de viver essa palavra de Cristo, confirmada pela entrega radical de tantos e selada pelo martírio de muitos irmãos no ministério do amor pastoral. O que esperamos de

³⁹ Jo 15,13.

nosso Mestre e Senhor é a graça da gratuidade benfazeja, isto é, depois de termos feito o que deveríamos fazer, consideramo-nos como “simples servos”.⁴⁰

Assim sendo, é imprescindível manter vivo o contato interior com Jesus Cristo. Cada ação pastoral e missionária deve partir dele e a Ele deve, permanentemente, fazer referência. Sem um prolongado diálogo face a face com Cristo, a ação dos fiéis corre o risco de se tornar inconclusiva e a ânsia de servir os outros pode tornar-se corrida cansativa, plena de inquietações. O presbítero deve insistir na verdade de fé que somente Cristo, Redentor do mundo, converte o coração humano, tornando-o capaz de oferecer o perdão, a fraternidade e de viver a caridade.

A promessa de Deus é a de assegurar à Igreja não quaisquer pastores, mas pastores ‘segundo o seu coração’. O ‘coração’ de Deus revelou-se plenamente no coração de Cristo, Bom Pastor. E o coração de Jesus continua, hoje, a ter compaixão das multidões e a dar-lhes o Pão da verdade e o Pão do amor e da vida (cf. Mc 6,30-44), e quer palpitar noutros corações – o dos sacerdotes: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’ (Mc 6,37). As pessoas têm necessidade de sair do anonimato e do medo, precisam ser conhecidas e chamadas pelo nome, caminhar seguras nas estradas da vida, ser encontradas quando se perderem, ser amadas, receber a salvação como supremo dom do amor de Deus: é isto, precisamente, o que faz Jesus, o Bom Pastor; ele e os presbíteros com ele (João Paulo II, 1992, n. 82).

⁴⁰ Lc 17,10.